

Este material foi testado com as seguintes questões de acessibilidade:

- PDF lido por meio do software *NVDA* (leitor de tela para cegos e pessoas com baixa visão);
- Guia da *British Dyslexia Association* para criar o conteúdo seguindo padrões como escolha da fonte, tamanho e entrelinha, bem como o estilo de parágrafo e cor;
- As questões cromáticas testadas no site *CONTRAST CHECKER* (<https://contrastchecker.com/>) para contraste com fontes abaixo e acima de 18pts, para luminosidade e compatibilidade de cor junto a cor de fundo e teste de legibilidade para pessoas daltônicas.

Projeto Político-Pedagógico como Instrumento de Construção da Escola do Campo

Political-Pedagogical Project as an Instrument for Building a Rural School

Proyecto Político-Pedagógico como Instrumento para la Construcción de una Escuela Rural



Ana Elisa Antunes de Oliveira

Universidade de Uberaba (UNIUBE), Uberaba, Minas Gerais, Brasil

ana.antunes.oliveira@educacao.mg.gov.br



Terciana Vidal Moura

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Amargosa, Bahia, Brasil

tercianavidal@ufrb.edu.br

Resumo: O artigo apresenta os resultados parciais da pesquisa desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. A investigação surge ao identificar que a escola reconhecida pelas diretrizes como Escola do Campo mantinha seu Projeto Político-Pedagógico (PPP) sem nenhuma relação com a realidade camponesa. Teve como objetivo contribuir na ressignificação do PPP tendo como pilares a incorporação das concepções e princípios da Educação do Campo. Utilizamos como instrumentos para leitura e problematização da realidade, observação participante, análise documental, aplicação de questionário, Círculo de Cultura e roda de conversa. A pesquisa aponta que, mesmo estando a Escola do Campo inserida nos

moldes regulares é possível a construção de práticas pedagógicas emancipatórias, onde as especificidades da vida camponesa sejam determinantes na construção de um PPP que se constitua como instrumento de luta e norteador das ações educativas.

Palavras-chave: Educação do Campo. Escola do Campo. Projeto Político-Pedagógico.

Abstract: This article presents the partial results of research carried out as part of the Professional Master's Degree in Countryside Education at the Federal University of Recôncavo da Bahia. The investigation arose when it was identified that the school recognized by the guidelines as a Countryside School maintained its Political-Pedagogical Project (PPP) without any relation to the peasant reality. It aimed to contribute to the re-signification of the PPP, based on incorporating the concepts and principles of Rural Education. The instruments used to read and problematize reality were participant observation, document analysis, questionnaire application, a Culture Circle, and conversation circles. The research shows that, even though the rural school is part of the regular mold, it is possible to build emancipatory pedagogical practices, where the specificities of rural life are decisive in constructing a PPP that is an instrument of struggle and a guide for educational actions.

Keywords: Rural education. Rural school. Political-Pedagogical Project.

Resumen: Este artículo presenta los resultados parciales de una investigación realizada en el ámbito de la Maestría Profesional en Educación Rural de la Universidad Federal de Recôncavo da Bahia. La investigación surgió cuando se identificó que la escuela reconocida por las directrices como Escuela Rural mantenía su Proyecto Político-Pedagógico (PPP) sin ninguna relación con la realidad campesina. Su objetivo fue contribuir a la resignificación del PPP a partir de la incorporación de los conceptos y principios de la

Educación Campesina. Los instrumentos utilizados para leer y problematizar la realidad fueron la observación participante, el análisis de documentos, la aplicación de cuestionarios, un Círculo de Cultura y círculos de conversación. La investigación muestra que aunque la escuela rural forme parte del molde regular, es posible construir prácticas pedagógicas emancipadoras, donde las especificidades de la vida campesina son determinantes en la construcción de un PPP que sea instrumento de lucha y guía de las acciones educativas.

Palabras clave: Educación rural. Escuela rural. Proyecto Político-Pedagógico.

Data de submissão: 31/08/2024

Data de aprovação: 26/12/2024

Introdução

O presente artigo apresenta os resultados parciais da pesquisa desenvolvida no Mestrado Profissional em Educação do Campo do Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) intitulada **“Projeto Político-Pedagógico e a construção da Escola do Campo: desafios e possibilidades na Escola Estadual Lídio Almeida no distrito de Itapiru, Rubim/MG”**. Ancorou-se metodologicamente na pesquisa qualitativa e no processo de Pesquisa-Ação. A pesquisa foi concluída em setembro de 2019 e teve por objetivo contribuir na reelaboração do PPP da escola tendo como pilares a incorporação dos princípios e concepções pedagógicas da Educação do Campo.

Apresenta-se neste texto o movimento coletivo da escola em refletir sobre a especificidade da Escola do Campo na totalidade de contradições da sociedade e na busca de construir uma nova identidade, agora, reconhecida interna e externamente como uma escola dos camponeses. Recorreu à construção de ações protagonizadas pelo coletivo para que pudessem reconhecer e refletir a identidade da escola no/do campo, tendo os princípios da Educação do Campo como eixos norteadores. O problema de pesquisa surgiu ao identificar que a escola, apesar de ser reconhecida como escola do campo pelas Diretrizes da Educação do Campo do Estado de Minas Gerais, mantinha seu Projeto Político-Pedagógico vinculado a Educação Rural.

Para desenvolvimento da pesquisa-ação, utilizou-se da observação participante, análise documental, questionário, círculo de cultura e roda de conversa enquanto instrumentos de pesquisa com potencial de ler e problematizar a realidade.

Construir um Projeto Político-Pedagógico na perspectiva da Educação do Campo pressupõe uma ruptura com modelo hegemônico de educação, de escola e de sociedade. Portanto, foi necessário que o coletivo escolar problematizasse sua organização político-pedagógica de modo que pudessem visualizar outras possibilidades e, assim, redirecionar o olhar em direção à construção de uma educação para transformação social dos sujeitos envolvidos no e fora do ambiente escolar.

Nessa perspectiva, acreditamos que a pesquisa construída a partir do protagonismo dos sujeitos envolvidos traz uma abordagem importante e necessária, sendo seu processo de constituição uma oportunidade significativa a ser vivenciada por todas e todos que compõem a comunidade escolar. É um momento de construção de conhecimentos onde os sujeitos podem refletir e identificar, significativamente, as fragilidades e potencialidades das práticas educativas, corroborando na definição de metas e ações visando alterações significativas no interior da escola.

O movimento de reflexão das práticas educativas possibilita mudança de paradigma, de concepções enraizadas, pois é na tentativa de transformação que sentimos as fragilidades e potencialidades da nossa teoria,

da nossa organização. O Projeto Político-Pedagógico entra neste campo como instrumento teórico-metodológico a ser construído e utilizado por aqueles que almejam e desejam a mudança. Trata-se de caminho importante e necessário para a construção da identidade da instituição (Vasconcellos, 2002).

O texto se estrutura com uma breve apresentação da concepção de Educação do Campo, escola do campo e de Projeto Político-Pedagógico, especialmente como a Educação do Campo enquanto modalidade educacional tem se constituído na sociedade capitalista e como os movimentos sociais estão construindo outro paradigma educacional pensado com e pelos camponeses. Posteriormente é apresentada a metodologia utilizada, o movimento dialógico realizado com o coletivo docente na perspectiva de construção da Escola no/do Campo, bem como os resultados e discussões parciais da pesquisa.

O Projeto Político-Pedagógico da Escola do Campo

É importante discutir e analisar a educação enquanto direito de todos, dever do estado, e, principalmente compreender o seu processo histórico, pois assim é possível evidenciar as contradições do modelo capitalista, gerador de relações sociais excludentes. A educação oferecida aos povos camponeses foi e ainda é

perpassada pela ausência de políticas públicas, com escolas precárias, professores sem formação e com conteúdo e organização político pedagógica tendo como referência a escola urbana. Em consequência da luta dos Movimentos Sociais do campo, tem-se conquistado o direito a uma educação diferenciada, necessária para a construção de outro projeto de campo e de país. Neste cenário, a Educação do Campo se apresenta como proposta contra-hegemônica, portanto, se opõe ao paradigma de Educação Rural.

Os programas educacionais implementados no campo tiveram como objetivo atender o modo de produção capitalista, tendo como referência de desenvolvimento o latifúndio, a monocultura, a produção para exportação, ou seja, atender aos interesses da classe dominante. Desse processo de exploração e dominação do povo camponês, predomina uma concepção hegemônica que pensa o campo da pequena propriedade, da Agricultura Familiar como algo atrasado, que precisa ser superado, fora dos avanços do desenvolvimento, do latifúndio agroexportador e da visão urbana, tida como produtiva e moderna.

A educação oferecida nas escolas rurais desempenhou o papel de inserir os sujeitos do campo na cultura urbanocêntrica, tendo o campo como lugar periférico e em processo de extinção, desvelando seu caráter marcadamente “colonizador” (Freire, 1982). A Educação Rural foi empreendida pelos órgãos oficiais tendo o processo educativo como instrumento de adaptação do homem do campo ao produtivismo e a idealização do

mundo do trabalho urbano e industrial (Oliveira; Campos, 2012, p. 240).

Essa realidade demonstra que os camponeses e o seu modo de produzir e viver no campo não eram reconhecidos, estabelecendo como desnecessário a implementação de políticas públicas, estas quando oferecidas se constituíam por campanhas emergenciais, sem continuidade e sem considerar as reais necessidades das comunidades rurais. Os povos do campo sempre tiveram seus direitos negligenciados e as margens das políticas públicas, entre eles a educação, por julgarem desnecessária para a vida e a produção da classe trabalhadora do campo. “É essencial destacar que as classes dominantes brasileiras, especialmente as que vivem no campo, sempre demonstraram desconhecer o papel fundamental da educação para a classe trabalhadora” (Calazans, 1993, p. 16).

É possível evidenciar que a educação no Brasil, principalmente a Educação Rural, sempre ocupou lugar periférico de políticas públicas, tendo a escola como instrumento a serviço de validação da ideologia dominante, revelando como as classes dominantes utilizam a escola como instrumento para realizar o trabalho de alienação das consciências dos sujeitos com finalidade de obter e manter hegemonia e, assim, ajustar-se aos seus interesses (Althusser, 1983).

É necessário enfatizar que, mesmo sob a forte influência do Estado sobre a educação escolar e sua imersão

na disseminação da ideologia dominante, os Movimentos Sociais, especialmente os vinculados aos povos do campo, sempre mantiveram o enfrentamento de luta e resistência na construção de uma escola que promova uma educação humanista, libertadora que tenha como horizonte os interesses da classe trabalhadora. Sabe-se que a escola pode organizar-se de modo a reproduzir o modelo de dominação ou de luta e resistência através dos sujeitos que dela fazem parte, constituindo-se como espaço a serviço da classe menos favorecida.

A Educação do Campo é fruto da luta dos Movimentos Sociais pela terra e pela Reforma Agrária, onde os trabalhadores e trabalhadoras do campo acreditaram na construção de outro modelo educacional, sonham com um paradigma de sociedade capaz de atender suas especificidades, que viabilize a vida digna no campo, sobretudo, contestam o modelo tradicional de escola e demandam outra proposição educativa, que seja contextualizada historicamente, conforme apresenta Caldart (2009):

A Educação do Campo nasceu como crítica à realidade da educação brasileira, particularmente à situação educacional do povo brasileiro que trabalha e vive no e do campo. Esta crítica nunca foi à educação em si, mesmo porque seu objeto é a realidade dos trabalhadores do campo, o que necessariamente remete ao trabalho e ao embate entre projetos de campo que têm consequências sobre a realidade educacional e o projeto de país. (p. 39)

A Educação do Campo defende que educadoras e educadores devem ter o compromisso de compreender as várias nuances que a envolvem, sobretudo as contradições que o contexto da sociedade capitalista a impõe. É importante ainda compreender a Educação do Campo enquanto um projeto educacional constituído pelo protagonismo dos movimentos sociais na perspectiva de construir transformações significativas para o campo, para a educação e a sociedade. Esse movimento se dá conscientes das contradições e tensões que estão na realidade que a “produziu e que a move, e que ela ajuda a produzir e mover; que estão no ‘estado da coisa’, afinal, e não apenas nas ideias ou entre ideias sobre o que dela se diz” (Caldart, 2009, p. 38).

A Educação do campo vem conquistando espaço no âmbito das políticas públicas e no ano de 2002, por meio das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica no Campo, reafirma a identidade da escola do campo:

[...] é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associam as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (Brasil, 2002, p. 37)

O reconhecimento dessa identidade traz para as escolas no campo a necessidade de ressignificação de suas práticas pedagógicas, bem como dos seus projetos

político-pedagógicos. As diretrizes apresentam ainda princípios e concepções pedagógicas próprias da Educação do Campo e que constituíram como paradigma no desenvolvimento da pesquisa. A organização da escola do campo à luz dos princípios da Educação do Campo implica a construção de um Projeto Político-Pedagógico tendo o protagonismo dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, dos movimentos sociais e sindicais do campo, ancorado na realidade sócio-histórica dos sujeitos do campo em conexão com a totalidade e suas implicações.

Para subsidiar a discussão sobre Projeto Político-Pedagógico, recorreu-se a Veiga (2002; 2003) e Vasconcellos (2013; 2014), por entenderem o PPP como instrumento com potencial de ressignificar a identidade social da escola e de seus mestres, de politizar o cotidiano escolar, de pensar a escola no conjunto e a sua função social (Veiga, 2003), que se constitui como “plano global da instituição, [...] que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. [...] para intervenção e mudança da realidade” (Vasconcellos, 2014, p. 169) de encontro aos anseios e necessidades dos camponeses.

A Educação do Campo defende uma identidade de escola articulada à cultura, identidade e modos de vida dos sujeitos do campo, demandando pensar em propostas pedagógicas e um currículo contextualizado às concepções e princípios defendidos por ela. Neste sentido, a Educação do Campo tem como base teórica de sustentação do processo de ensino e aprendizagem e da relação político

pedagógica nas escolas do campo ancoradas e nutridas em matrizes pedagógicas críticas e contra-hegemônicas (Moura, 2019).

Caldart (2003) afirma que o movimento da Educação do Campo assume a escola como elemento político de fundamental importância para formação dos sujeitos. Entretanto, a autora enfatiza que não é qualquer escola, que o modelo de escola que temos não serve e não nasceu para formar a classe trabalhadora. Defende que a escola precisa ser transformada em sua identidade e finalidades educativas, como defende o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), um dos principais protagonistas na construção da Educação do Campo. Neste sentido, o Projeto Político-Pedagógico da Escola do Campo aponta

[...] para a produção de uma escola teimosa, dirigida pela teimosia lúcida de camponeses e camponesas que descobriram seus direitos à educação. Ela está somente onde se deseja que ela esteja, porque mais que estar no campo, ela precisa ser intencionada e ser do campo, por que a faz. A Escola do campo hoje no Brasil é uma identidade de escola. Cumprimos o que poderíamos chamar de produção de uma nova organização do trabalho pedagógico. (Gehrke, 2010 p. 156)

Segundo o Decreto nº 7.352, de 04 de novembro 2010, que dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA, a valorização da identidade da escola do campo se dará “por meio de projetos pedagógicos com conteúdos

curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo” Brasil, 2010, p. 02) para tanto, essa identidade de escola precisa ser construída coletivamente, através do seu Projeto Político-Pedagógico, na perspectiva da gestão democrática, pois o PPP traduz verdadeiramente a identidade da escola, orientando a organização do trabalho pedagógico a partir das singularidades dos sujeitos do campo (Moura, 2019).

No Brasil, a educação como direito e o Projeto Político-Pedagógico, enquanto instrumento de gestão escolar, é fruto das lutas da sociedade civil, especialmente de educadores e governos progressistas durante a década de 80, no contexto da redemocratização do país, pautavam a construção de uma escola pública, de qualidade, participativa e democrática para todas e todos os brasileiros. A qualidade é aqui entendida como garantia de que todos tenham acesso e condições reais de permanecer na escola, de concluir sua trajetória escolar formal e obrigatória, com uma formação científica e política que permita o exercício pleno da cidadania (Moura, 2019).

As discussões sobre Projeto Político-Pedagógico (PPP) surge como uma resposta às práticas patriarcais, clientelistas e autoritárias que marcaram a história da educação brasileira, especialmente durante os anos de ditadura militar no país entre 1964 a 1985 (Fonseca, 2003). Elaborar um PPP é uma oportunidade de vivência democrática e se constitui um momento de formação e aprendizado na construção de uma cultura organizacional

baseada em princípios democráticos, participativos incentivando as escolas a desenvolverem propostas pedagógicas mais autônomas, democráticas, alinhadas às suas realidades (Moura, 2019). A construção do PPP confere à escola autonomia para projetar de forma intencional a sua identidade. Nesse sentido, Santos e Moura (2009, p. 6) pontuam que a construção do PPP busca

[...] contribuir para o desenvolvimento de propostas mais autônomas e coladas com a realidade onde se situam as escolas. A construção de um projeto político-pedagógico pode contribuir para estabelecer novos paradigmas de gestão e de práticas pedagógicas que levem a instituição escolar a transgredir a chamada "educação tradicional", cujo conteudismo de inspiração positivista está longe de corresponder às necessidades e aos anseios de todos os que participam do cotidiano escolar.

Veiga (2003) e Gadotti (1998) destacam que um projeto orienta para uma determinada direção, e seu caráter político projeta para uma direção intrinsecamente articulada com o compromisso sociopolítico de sua ação; implica promessas, rupturas e compromisso dos atores sociais a ele vinculados. No que se refere ao Projeto Político-Pedagógico da Educação do Campo, Albuquerque e Casagrande (2010, p. 137), enfatizam que “Para articularmos uma proposta de Projeto Político-Pedagógico, temos que ter clara a proposição de educação, a teoria pedagógica e de sociedade que defendemos e queremos construir”. Os autores prosseguem afirmando que transformar a forma atual da escola capitalista requer construir um PPP que

“tenha como pano de fundo as relações sócio-históricas, políticas e culturais da sociedade atual e os planos mais gerais no âmbito do Estado e do país” (Albuquerque; Casagrande, 2010, p. 149).

Conforme considera Veiga (1995), a escola se constitui como um lugar de concepção, realização e avaliação de seu projeto educativo. Concebe o PPP como o grande articulador da organização do trabalho pedagógico da escola como um todo. Assim, o trabalho pedagógico desenvolvido na instituição escolar deve ser ancorado na realidade de vida dos estudantes, destacando a importância desse documento como norteador da organização do trabalho pedagógico das escolas (Moura, 2019).

De acordo com Caldart (2003), a organização político pedagógica da escola do campo à luz dos princípios da Educação do Campo é “aquela que trabalha desde os interesses, a política, a cultura e a economia dos diversos grupos de trabalhadores e trabalhadoras do campo” (p. 65), ou seja, as escolas para se constituírem enquanto escolas do campo precisam ser idealizadas e construídas política e pedagogicamente pelos povos do campo incorporando sua história, seus saberes, sua cultura e principalmente suas lutas na construção de outro modelo de escola, de campo e de sociedade.

Metodologia

A pesquisa ancorou-se na abordagem qualitativa por entendê-la como aquela se que preocupa em analisar aspectos da realidade empírica que ultrapassam a análise quantitativa, permitindo assim a compreensão de múltiplos aspectos do objeto estudado (Minayo, 2009).

Utilizou-se como referência metodológica a pesquisa-ação, por compreender como um tipo de pesquisa que possibilita estreitar relação com os sujeitos, bem como com a resolução do problema, oportunizando que o pesquisador e os participantes se organizem de modo cooperativo e participativo (Thiollent, 2000), com objetivo de viabilizar ao coletivo elementos com potencial de refletir, problematizar e construir coletivamente possibilidade de superação dos desafios.

Para desenvolvimento da pesquisa utilizou-se como instrumentos para leitura e problematização da realidade, observação participante, análise documental, questionário e círculo de cultura e roda de conversa. A observação participante se constituiu a partir da compreensão de Lüdke e André (1986), onde o observador participante exerce um papel em que sua identidade e os objetivos do estudo são revelados para os participantes desde o início, podendo ter acesso a uma gama de informações, até mesmo confidenciais.

A análise documental incidiu sobre o Projeto Político-Pedagógico da escola, com objetivo de buscar

“identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse” (Caulley, 1981 *apud* Lüdke; André, 1986, p. 38). O objetivo foi verificar em que medida o documento apresentava as especificidades da escola do campo.

O questionário foi utilizado a partir da compreensão de Gil (1999, p. 128) como “a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevados de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo como objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc”. O questionário buscou conhecer o perfil docente, compreender o conhecimento do grupo sobre PPP, escola do campo, Educação do Campo e quais desafios possuíam para ressignificar seu PPP vinculado ao paradigma estabelecido nas diretrizes da Educação do Campo.

O círculo de cultura e a roda de conversa foram utilizados a partir da compreensão de Freire (1967; 1987), enquanto experiência coletiva de diálogo e aprendizagem colaborativa com objetivo de promover a consciência crítica da realidade escolar e assim buscar caminhos de transformação. Foi realizado o círculo de cultura com professores, supervisão e gestão da escola a partir dos achados na análise documental e no questionário e as rodas de conversa foram feitas com os estudantes e professores da Escola Família Agrícola.

Resultados e Discussões

Pela análise documental do PPP foi possível identificar que no documento não havia nenhuma menção sobre política de Educação do Campo, nem apresentava proximidade com a identidade, a cultura e aos modos de vida do campo, elementos tão importantes para a construção da escola do campo.

O questionário revelou a compreensão do grupo sobre conceitos, finalidades e importância do PPP como instrumento que apresenta a “intencionalidade e as estratégias da escola, os princípios que devem nortear a prática educativa que define a identidade da escola e indica caminhos para ensinar com qualidade”, ou seja, se “constitui como instrumento que permite construir objetivos, metas a cumprir e sonhos a realizar” (Oliveira, 2019, p. 54, 55). Embora o coletivo reconhecesse a importância do PPP como documento que direciona as ações político-pedagógicas da escola, no questionário a maioria dos docentes informaram não ter participado da elaboração do PPP, nem utilizavam como documento norteador das ações.

No que se refere à escola do campo, o questionário revelou que a maioria dos docentes compreendem como aquela situada na zona rural e que seu público sejam moradores da zona rural, ou seja, desconsideram o espaço camponês enquanto modo de produção e reprodução da vida, seus modos de viver e produzir no campo, elementos fundamentais para a

construção e fortalecimento da identidade da escola do campo. Por meio da observação participante, foi possível perceber a dificuldade da comunidade escolar em reconhecer a escola enquanto escola do campo, por compreenderem essa especificidade como sinônimo do atraso, estereótipos construídos historicamente na sociedade e que estão ainda presentes no chão das escolas.

A partir dos achados na análise documental e no questionário, foi construído o círculo de cultura com o objetivo de provocar o coletivo para que pudessem refletir, e, juntos, constuírem a concepção de Educação do Campo, escola do campo e PPP. O diálogo no círculo de cultura realizado a partir de questões problematizadoras: Onde estamos? Para onde queremos ir? O que faremos para chegar lá? Para situar a primeira questão de onde estamos, foram partilhados com o grupo os resultados da análise documental e as respostas do questionário, de modo que percebessem as divergências que o grupo possuía sobre a realidade escolar e o PPP, com intuito de alinhar a percepção do coletivo sobre a realidade escolar.

Por meio do diálogo, o grupo reconhece que o PPP não foi construído coletivamente com a participação da comunidade, não é utilizado como instrumento orientador das ações, bem como não trata das especificidades dos camponeses, logo é preciso ter a construção do PPP como tarefa coletiva, construída pelas mãos de todas e todos que fazem parte da comunidade escolar.

Após esse primeiro encaminhamento, seguiu-se para as outras questões norteadoras: Para onde queremos ir? O que faremos para chegar lá? Para mediar a discussão, foram feitas provocações. A EELA é uma escola do campo? Desejam que a EELA seja uma escola do campo? O que farão para tornar EELA uma escola do campo? Em diálogo, o grupo manifesta interesse e reconhece a necessidade de construir a EELA enquanto escola do campo, que tenha os interesses dos camponeses como eixos norteadores, sobretudo as diretrizes como paradigma orientador.

Foi possível evidenciar que Círculo de Cultura teve como potencial mobilizar o grupo para que construísse caminhos próprios na resolução dos problemas coletivos. E neste sentido, este instrumento cumpriu seu propósito, possibilitando ao coletivo muitas discussões e teve como encaminhamento a visita a uma Escola Família Agrícola para que pudesse conhecer a organização político-pedagógica e assim visualizar caminhos para a construção da EELA enquanto uma escola no e do campo.

A visita foi planejada e organizada pelo grupo com apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, da Secretaria Estadual de Educação do Município e, especialmente, pela Escola Família Agrícola, que organizou todas as ações que ocorreram na visita. A primeira atividade foi uma roda de conversa, tendo como abertura a apresentação de uma mística, com as bandeiras dos movimentos sociais do campo, palavras de ordem, poemas e músicas. Posteriormente, a fala do diretor, apresentando a história

de criação da EFA e apresentação pelos estudantes da dinâmica pedagógica e suas motivações de inserção, permanência e as contribuições dos estudos na vida familiar e na comunidade onde residem. Neste primeiro momento o coletivo da EELA já percebe que a organização político-pedagógica difere da escola regular, desde a infraestrutura da escola em círculo, da permanência dos estudantes na escola (Pedagogia da Alternância), dos alojamentos, da participação dos estudantes na organização dos afazeres, desde a limpeza e organização do espaço escolar.

Um dos questionamentos mais recorrentes entre o grupo da EELA era entender para que serve a Educação do Campo, o que a difere da educação/escola urbana? Na roda de conversa, foi possível identificar o que a prática pedagógica vinculada organicamente à dinâmica social do campo e dos camponeses oportuniza. O grupo percebe a valorização dos saberes produzido na vivência coletiva, especialmente nas atividades diárias, onde todos, estudantes e docentes sentem parte da escola e como protagonista do processo de construção e produção do conhecimento. O jovem aprende com as atividades práticas, onde a organização do ambiente escolar é de responsabilidade de todos e todas, os aprendizados ultrapassam o chão da escola e estabelece conexão dessas experiências no âmbito familiar e da comunidade rural, fortalecendo a prática da solidariedade, da democracia e a da transformação social. Uma dinâmica pedagógica

ancorada na teoria e na prática (práxis), de modo a potencializar uma formação onde os sujeitos terão condições de intervenção na realidade social.

No segundo dia, foi realizada uma visita ao ambiente físico da EFA e, posteriormente, uma roda de conversa para que o diretor, juntamente com os docentes, apresentasse o Projeto Político-Pedagógico, a dinâmica e organização da gestão. A apresentação do espaço físico foi feita por cinco estudantes da EFA. Foi possível conhecer os espaços onde ocorrem as tarefas teórico-práticas do curso Técnico em Agropecuária. Nesses espaços os educandos estabelecem conexões com a terra, plantas, animais, a conviver e interagir com a realidade da vida na roça. Os discentes relatam que os conhecimentos apreendidos na EFA são colocados em prática nas suas comunidades, onde passam a contribuir com as tarefas familiares, agora, aperfeiçoando e fazendo uso de novas técnicas de produção agrícola.

Conhecer os espaços da EFA oportunizou ao grupo compreender a importância de conectar a prática educativa à realidade dos discentes, potencializando a apropriação dos conhecimentos, a incorporação dos saberes das comunidades, de modo a estimular a conscientização política e valorização do campo, sua cultura, sem necessariamente estreitar os vínculos com a cidade e os saberes científicos. Nesta perspectiva, a Pedagogia da Alternância se constitui como instrumento com potencial de viabilizar uma formação que articula conexão entre

escola/família/comunidade, contribuindo para a diminuição do êxodo rural, bem como para o desenvolvimento do território camponês.

A segunda atividade do dia contou com a participação do diretor e dos professores, que apresentaram as funcionalidades da gestão da EFA, o processo histórico de criação da escola, os desafios para manutenção, e como se dá o recebimento e execução dos recursos. Percebe-se que toda funcionalidade difere da organização da escola regular, gerida excepcionalmente pelo poder público.

Sobre o PPP, o diretor da EFA enfatizou a importância da participação da comunidade escolar, especialmente da família, desde a organização do plano de estudos, do currículo, do calendário, do regulamento etc., priorizando as demandas oriundas das famílias. Todas as ações da escola são construídas e discutidas coletivamente nas assembleias, estabelecendo responsabilidades e compromissos entre as partes. Segundo o diretor, esta dinâmica de organização viabiliza, entre outros elementos, a disciplina e o compromisso dos educandos com os estudos.

Foram apresentados ao grupo os instrumentos pedagógicos utilizados pela EFA e que dinamizam o processo de ensino aprendizagem no espaço escolar e na comunidade, bem como sua utilização e seus objetivos. Os instrumentos utilizados na EFA são: plano de estudo, folha de observação, colocação em comum, caderno da realidade, viagem e visitas de estudo, intervenções externas, cadernos

didáticos, estágios, atividades de retorno e experiências com aplicações práticas no meio, visitas às famílias e comunidades, acompanhamento personalizado de tutoria, serões de estudo, cadernos de acompanhamento da alternância, projeto profissional do jovem e avaliação. Todos esses instrumentos seguem uma dinâmica de interação entre escola-família-comunidade, onde a construção do conhecimento se dá por meio da práxis, tendo como base a realidade de vida dos sujeitos, suas especificidades e necessidades. É possível identificar nesses instrumentos uma organização didático-pedagógica onde há uma maneira de aprender e ensinar, de associar teoria e prática por meio da ação/reflexão/ação, potencializando a formação dos sujeitos.

Consideramos todo esse movimento com o coletivo da escola muito importante, pois ao refletirem sobre a realidade escolar e seus desafios, estabelecem caminhos possíveis para construção da escola do campo e torna-se evidente que um projeto político-pedagógico sólido, que representa a realidade sociocultural dos sujeitos que dela fazem parte é fundamental para promover uma educação de qualidade. É por meio da integração, do estímulo e participação comunitária, especialmente dos movimentos sociais dos povos do campo, que se fortalece a identidade da escola do campo. Aqui, a defesa é de uma escola feita pelos povos do campo organizados e em movimento, já que a identidade da escola do campo é definida pela sua articulação com os movimentos sociais do

campo e pela incorporação em seu projeto político pedagógico da teoria pedagógica gestada nos movimentos sociais do campo (Moura, 2019).

Considerações

O percurso metodológico trilhado na pesquisa foi estabelecido pelo coletivo com intuito de encontrar caminhos para a construção da escola no e do campo. O Projeto Político-Pedagógico se apresenta como instrumento que possibilita a comunidade escolar problematizar, discutir, refletir a realidade, ao mesmo tempo em que constrói coletivamente ações para a superação dos desafios, e especialmente, se constitui como oportunidade de ação democrática, participativa com objetivo garantir uma educação contextualizada e sensível as especificidades e necessidades das comunidades rurais e seus sujeitos.

A realização da pesquisa-ação destaca ainda a importância do diálogo, de modo colaborativo, participativo e democrático de toda a comunidade escolar para implementação e sustentabilidade do projeto político-pedagógico que viabilize a construção da escola do campo enquanto espaço de emancipação e transformação social.

Consideramos que é preciso coragem, resistência e luta para construir a escola que represente os interesses da classe trabalhadora do campo, uma vez que esta escola, imersa na base social capitalista, produz e reproduz as

ideologias da classe dominante. Arroyo (1991) salienta que a construção da escola da classe trabalhadora é possível e necessária, e só existirá por meio da implementação de novas práticas pedagógicas, outros materiais didáticos, sobretudo, com o rompimento da estrutura de escola que aliena, ensina a submissão e a passividade. O autor ressalta ainda que esse rompimento, embora complexo, é possível, e exige apropriação do conhecimento crítico da realidade.

Pode parecer ingenuidade almejar que a escola organizada a partir dos interesses dominantes venha se constituir enquanto escola do povo, entretanto existem experiências político pedagógicas sendo construídas a partir dos interesses da classe trabalhadora, a exemplo, as experiências do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST que apresentam caminhos de possibilidade.

A experiência vivenciada na construção desta pesquisa mostra que é possível acreditar na efetivação da educação escolar para a classe trabalhadora, articulada por meio do diálogo e de ações pensadas e construídas coletivamente.

Os achados na pesquisa apresentam a necessidade e importância de políticas públicas no processo de construção da escola do campo, garantindo infraestrutura adequada, formação continuada para os profissionais e materiais pedagógicos adequados às especificidades dos estudantes. É preciso um compromisso do estado em promover uma educação de qualidade que atenda verdadeiramente às necessidades e aspirações dos

povos do campo, contribuindo assim para uma sociedade justa e igualitária.

Referências

ALBUQUERQUE, J. O., CASAGRANDE, N. PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. IN C. TAFFAREL, C. SANTOS JÚNIOR & M. ESCOBAR. (EDS.), **CADERNOS DIDÁTICOS SOBRE EDUCAÇÃO DO CAMPO: CONCEPÇÃO, FINANCIAMENTO, PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO, CURRÍCULO** (PP. 117-150). SALVADOR: EDUFBA. 1ª. ED. 2010. DISPONÍVEL EM: [HTTP://SAUDEPUBLICA.BVS.BR/PESQUISA/RESOURCE/PT/EPS-3679](http://SAUDEPUBLICA.BVS.BR/PESQUISA/RESOURCE/PT/EPS-3679). ACESSADO M 20 DE MAIO DE 2024.

ALTHUSSER, L. **APARELHOS IDEOLÓGICOS DE ESTADO: NOTA SOBRE OS APARELHOS IDEOLÓGICOS DO ESTADO**. 5. ED. TRADUÇÃO WALTER JOSÉ EVANGELISTA E MARIA LAURA VIVEIROS DE CASTRO. RIO DE JANEIRO: EDIÇÕES GRAAL, 1985.

ET AL

ARROYO, M. G. ET AL. **DA ESCOLA CARENTE À ESCOLA POSSÍVEL**. 3. ED. SÃO PAULO: LOYOLA, 1991.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 1, DE 3 DE ABRIL DE 2002. INSTITUI DIRETRIZES OPERACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA DAS ESCOLAS DO CAMPO. **DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**, BRASÍLIA, DF, 9 ABR. 2002. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.GOV.BR/MEC/PT-BR/CNE/RESOLUCOES/RESOLUCAO-CEB-2002](https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/resolucoes/resolucao-ceb-2002)

BRASIL. DECRETO NO 7.352, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2010. DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO E O PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA – PRONERA. BRASÍLIA, **DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO** - SEÇÃO 1 - 5/11/2010. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL_03/_ATO2007-2010/2010/DECRETO/D7352.HTM](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm)

CALAZANS, M. J. C. PARA COMPREENDER A EDUCAÇÃO DO ESTADO NO MEIO RURAL – TRAÇOS DE UMA TRAJETÓRIA. IN: THERRIEN, JACQUES; DAMASCENO, MARIA NOBRE (COORDS.). **EDUCAÇÃO E ESCOLA NO CAMPO**. CAMPINAS-SP: PAPIRUS, 1993.

CALDART, R. S. EDUCAÇÃO DO CAMPO: NOTAS PARA UMA ANÁLISE DE PERCURSO. **TRABALHO, EDUCAÇÃO E SAÚDE**, RIO DE JANEIRO, V. 7, N. 1, P. 35-64, MAR./JUN. 2009.

CALDART, R. S. EDUCAÇÃO DO CAMPO. IN: CALDART, R. ET AL. (ORG.). **DICIONÁRIO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO**. SÃO PAULO: ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO, EXPRESSÃO POPULAR, 2012.

FERNANDES, B. M. **A EDUCAÇÃO BÁSICA E O MOVIMENTO SOCIAL NO CAMPO**. V. 2. BRASÍLIA, 1999.

FONSECA, M.. PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA ESCOLA: DUAS CONCEPÇÕES ANTAGÔNICAS DE GESTÃO ESCOLAR. **CADERNOS CEDES**, v. 23, n. 61, p. 302-318, DEZ. 2003. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.SCIELO.BR/J/CCEDS/A/BH8vfV3L667DQBR9gGbcV4G/ABSTRACT/?LANG=PT#](https://www.scielo.br/j/ccedes/a/BH8vfV3L667DQBR9gGbcV4G/abstract/?lang=pt#). ACESSADO EM 12 DE ABRIL DE 2023.

FREIRE, P. **EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DA LIBERDADE**. RIO DE JANEIRO: PAZ E TERRA, 1967.

FREIRE, P. **A IMPORTÂNCIA DO ATO DE LER**: EM TRÊS ARTIGOS QUE SE COMPLETAM. 23. ED. SÃO PAULO: CORTEZ, 1982. (COLEÇÃO POLÊMICAS DO NOSSO TEMPO, 4).

FREIRE, P. **PEDAGOGIA DO OPRIMIDO**. RIO DE JANEIRO: PAZ E TERRA, 1987.

GADOTTI, M. PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA CIDADÃ. IN: BRASIL. MEC. SEED. **SALTO PARA O FUTURO**: CONSTRUINDO A ESCOLA CIDADÃ, PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO. BRASÍLIA, 1998.

GEHRKE, M. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DA ESCOLA DO CAMPO. IN: MIRANDA, S. G.; SCHWENDLER, S. F. **EDUCAÇÃO DO CAMPO EM MOVIMENTO**: TEORIA E PRÁTICA COTIDIANA – V. I, PP. 151-175. CURITIBA: EDUFPR.

GIL, A. C. **MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA SOCIAL**. SÃO PAULO: ATLAS, 2008.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. **PESQUISA EM EDUCAÇÃO**: ABORDAGENS QUALITATIVAS. SÃO PAULO: EPU, 1986.

MINAYO, M. C. S. (ORG.). **PESQUISA SOCIAL**: TEORIA, MÉTODO E CRIATIVIDADE. PETRÓPOLIS-RJ: VOZES, 2009.

MOURA, T. V. **A GESTÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DOS PROFESSORES DO CAMPO NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE REGULAÇÃO**. TESE DE DOUTORAMENTO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO. BRAGA-PORTUGAL: UNIVERSIDADE DO MINHO, 2019. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://REPOSITORIUM.SDUM.UMINHO.PT/HANDLE/1822/60663?MODE=FULL](https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/60663?mode=full)

OLIVEIRA, A. E. A. DE. **PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA DO CAMPO**: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA ESCOLA ESTADUAL LÍDIO ALMEIDA NO DISTRITO DE ITAPIRU, RUBIM/MG. 2019. 144 F. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM EDUCAÇÃO DO CAMPO) – UFRB, AMARGOSA-BA, 2019.

OLIVEIRA, L. M. T. DE.; CAMPOS, M. EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO. IN: CALDART, R. S. ET AL. (ORG.). **DICIONÁRIO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO**. SÃO PAULO: ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO, EXPRESSÃO POPULAR, 2012.

THIOLLENT, M. **METODOLOGIA DA PESQUISA-AÇÃO**. SÃO PAULO: CORTEZ, 2000.

VASCONCELLOS, C. DOS S. **COORDENAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO: DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO AO COTIDIANO DA SALA DE AULA**. 15. SÃO PAULO: LIBERTAD, 2013.

VASCONCELLOS, C. DOS S. **PLANEJAMENTO: PROJETO DE ENSINO-APRENDIZAGEM E PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: ELEMENTOS METODOLÓGICOS PARA ELABORAÇÃO E REALIZAÇÃO**. 24. ED. SÃO PAULO: LIBERTAD, 2014.

VEIGA, I. P. A. **PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA: UMA CONSTRUÇÃO POSSÍVEL**. 14. ED. CAMPINAS-SP: PAPIRUS, 2002.

VEIGA, I. P. A.; FONSECA, M. (ORG.). **AS DIMENSÕES DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO**. 2. ED. CAMPINAS-SP: PAPIRUS, 2003.